

Política de Proteção de Dados Pessoais da EAL

Aprovado pelo Conselho de Administração em 23.06.2022

Índice

1.	Introdução	2
2.	Princípios gerais do tratamento de dados pessoais na Escola Alemã de Lisboa	3
3.	Direitos dos Titulares dos Dados	4
4.	Obrigações gerais relativas ao tratamento de dados	5
5.	Tratamento de dados pessoais pela Escola Alemã de Lisboa	7
6.	Disposições finais	14

1. Introdução

A Associação da Escola Alemã de Lisboa (AEAL), doravante designada por Escola Alemã de Lisboa, acredita que proteger os dados pessoais de cada uma das pessoas com que se relaciona constitui uma das bases da confiança existentes nas relações que se estabelecem no âmbito da sua atividade, e que essa confiança é um dos pilares principais em que assenta a sua reputação.

A presente Política de Proteção de Dados contempla os princípios e as obrigações que norteiam o tratamento de dados pessoais na Escola Alemã de Lisboa e estabelece regras específicas para tal, dando cumprimento à legislação em vigor (indicada abaixo).

Esta Política aplica-se a todos os tratamentos de dados pessoais, automatizados ou não automatizados, aqui se incluindo os arquivos físicos estruturados.

Atendendo a que a Escola Alemã de Lisboa procede ao tratamento de dados pessoais de diversos tipos de titulares, optou-se por dedicar a primeira parte da presente Política aos princípios e às obrigações comuns a todos os tipos de tratamento, sendo a segunda parte dedicada às particularidades do tratamento de dados de: visitantes do website na internet, candidatos a emprego, colaboradores, associados, candidatos a alunos e outros visitantes, ex-alunos (Alumni), alunos, pais/encarregados de educação, fornecedores/parceiros.

Enquadramento legal

A presente Política de Proteção de Dados Pessoais foi elaborada tendo em consideração os diplomas legais genericamente aplicáveis em matérias de proteção de dados. Foram ainda tidas em consideração as deliberações da autoridade de controlo (CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados) e as disposições regulatórias com relevância nestas matérias.

Legislação de Proteção de Dados

Nacional:

Lei 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD)

Lei 46/2012, de 29 de agosto, que regula a proteção de dados pessoais no sector das comunicações eletrónicas

Internacional:

Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados - RGPD).

Diretiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das comunicações eletrónicas (alterada pela Diretiva n.º 2009/136/CE)

Orientações CNPD

Deliberação 1638/2013, relativa aos princípios aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais decorrentes do controlo da utilização para fins privados das tecnologias de comunicação no contexto laboral (2013)

Deliberação 840/2010, relativa aos princípios aplicáveis aos tratamentos de dados no âmbito da gestão da informação dos Serviços de Segurança e Saúde no Trabalho (2010)

Deliberação 1495/2016, relativa à disponibilização de dados pessoais de alunos no sítio da Internet dos estabelecimentos de educação e ensino

2. Princípios gerais do tratamento de dados pessoais na Escola Alemã de Lisboa

O tratamento de dados pessoais a que procede a Escola Alemã de Lisboa norteia-se pelos seguintes princípios:

2.1. Licitude

O tratamento dos dados pessoais é lícito se tiver como fundamento o consentimento do titular dos dados, ou for necessário para a execução de um contrato ou no âmbito de diligências pré-contratuais.

A licitude do tratamento dos dados pode resultar também da obrigatoriedade de cumprir uma obrigação legal ou da necessidade de proteger os interesses vitais do titular dos dados.

Considera-se ainda que o tratamento dos dados é lícito se existir um interesse legítimo do responsável pelo tratamento, que se sobreponha aos interesses, direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados.

2.2. Lealdade/Transparência

Os titulares dos dados são informados através da atual política sobre a forma como os seus dados são tratados. Em geral, os dados devem ser recolhidos diretamente junto dos titulares dos dados. No momento da recolha, o titular dos dados deve conhecer ou deve ser informado, entre outros aspetos, da identidade do responsável pelo tratamento dos dados, da finalidade do tratamento, dos fundamentos do tratamento, dos terceiros a quem os dados podem ser transmitidos ou comunicados, do prazo de conservação dos dados e da forma como poderá exercer os seus direitos.

2.3. Especificação e limitação da finalidade

Os dados pessoais apenas podem ser objeto de tratamento para as finalidades que estiveram na base da sua recolha, não podendo ser posteriormente tratados de forma incompatível com essas finalidades.

2.4. Minimização dos dados

Antes de se proceder ao tratamento dos dados, determina-se se os dados são adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados. Os dados pessoais não devem ser recolhidos antecipadamente ou armazenados para uso futuro.

2.5. Exatidão dos dados

Os dados pessoais contidos em ficheiros devem estar corretos, completos e atualizados. Devem ser tomadas medidas para assegurar que os dados que estejam desatualizados, incompletos ou incorretos sejam apagados, corrigidos ou atualizados.

2.6. Conservação dos dados pessoais

Os dados pessoais devem ser conservados de uma forma que permita a identificação dos titulares dos dados apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados, devendo ser apagados quando essas finalidades são atingidas. Os dados poderão ser conservados por períodos mais longos, exclusivamente no cumprimento de obrigações legais ou de arquivo histórico.

2.7. Segurança e confidencialidade

Atendendo ao estado da técnica, aos custos de implementação, à natureza, ao alcance, ao contexto e às finalidades do tratamento, bem como ao risco para os direitos dos titulares dos dados pessoais, são implementadas as medidas técnicas e organizacionais adequadas a garantir a sua segurança, incluindo a proteção contra o tratamento de dados não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação accidental. Este princípio aplica-se à quantidade de dados recolhidos, à extensão do seu tratamento, ao período do seu armazenamento e à sua acessibilidade.

As medidas implementadas asseguram que, por defeito, os dados pessoais não são acessíveis sem a intervenção humana.

O tratamento de dados pessoais encontra-se sujeito a deveres de confidencialidade e de sigilo. O acesso pelos colaboradores da EAL aos dados pessoais tratados é limitado, sendo concedido acesso apenas na medida em que tal se revele necessário ao desempenho das respetivas funções. São tomadas medidas de forma a assegurar que os colaboradores, a quem seja dado acesso aos dados pessoais, se abstenham de os utilizar para fins diversos, em benefício próprio ou alheio, sob risco de responsabilização disciplinar e/ou criminal.

3. Direitos dos Titulares dos Dados

Como titular dos dados pessoais, tem, sobre os seus dados e do(a)s aluno(a)s a seu cargo, os seguintes direitos:

- 3.1. Direito a obter a confirmação de que os dados que lhe digam respeito são objeto de tratamento e, se for o caso, de aceder aos seus dados pessoais e aceder às informações previstas na lei;
- 3.2. direito a que os Serviços da Escola Alemã de Lisboa, sem demora injustificada, retifiquem os dados inexatos ou incompletos que lhe digam respeito;

- 3.3. direito de solicitar o apagamento dos seus dados, sem demora injustificada, quando os dados pessoais deixaram de ser necessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- 3.4. direito de solicitar a limitação do tratamento dos seus dados em determinados casos, nomeadamente, se o tratamento for ilícito e se se opuser ao apagamento dos dados, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
- 3.5. direito de portabilidade seus dados pessoais que tenha fornecido à Escola Alemã de Lisboa, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, incluindo, ainda, o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento;
- 3.6. direito de retirar o consentimento, se o tratamento depender de consentimento específico;
- 3.7. direito de apresentar uma reclamação ao Encarregado de Proteção de Dados (*DPO – Data Protection Officer*) da Escola Alemã de Lisboa e/ou à Autoridade de Controlo, que, em Portugal, é a CNPD.

Para exercer os seus direitos, deverá efetuar solicitá-los por escrito através do endereço de e-mail protecaodedados@dslissabon.com. Para sua segurança e sempre que considerado necessário, os serviços solicitarão informação adicional para confirmação da sua identidade.

4. Obrigações gerais relativas ao tratamento de dados

A Escola Alemã de Lisboa procede ao tratamento dos dados pessoais no estrito cumprimento das seguintes obrigações:

4.1. Dados sensíveis

No âmbito da atividade que desenvolve, a Escola Alemã de Lisboa pode ter acesso e tratar dados sensíveis dos titulares de dados com que se relaciona, incluindo dados de crianças que são consideradas titulares vulneráveis.

A Escola Alemã de Lisboa definiu em Regulamento Interno - *Código de Ética e Regras de Conduta para Colaboradores* - o compromisso expresso dos seus Colaboradores Docentes e Não Docentes de sigilo e confidencialidade no tratamento de dados pessoais dos titulares envolvidos, abstendo-se aqueles de utilizar os dados pessoais dos titulares para quaisquer finalidades não incluídas nas instruções da Escola Alemã de Lisboa.

4.2. Sensibilização e formação em matéria de proteção de dados

A Escola Alemã de Lisboa acredita que a sensibilização e formação dos seus colaboradores é essencial para o bom cumprimento das regras e princípios da proteção de dados pessoais, pelo que promove periodicamente ações de formação nesta matéria.

4.3. Subcontratação

Sempre que o tratamento de dados pessoais deva ser realizado por um subcontratante em nome da Escola Alemã de Lisboa, apenas se recorrerá a subcontratantes que ofereçam suficientes garantias quanto à implementação das medidas técnicas e organizativas adequadas, que assegurem o cumprimento da legislação e garantam a proteção dos dados pessoais. É estabelecido entre as partes um contrato com respeito pelo estipulado no RGPD, de forma a obter as garantias suficientes que assegurem que o tratamento satisfaz os requisitos de defesa dos direitos dos titulares dos dados pessoais.

O subcontratante apenas poderá recorrer a outro fornecedor com o consentimento específico e prévio por parte da Escola Alemã de Lisboa.

4.4. Violação dos dados

Os colaboradores que tomam conhecimento de uma ocorrência de potencial violação de dados pessoais estão instruídos para os comunicarem imediatamente através do e-mail protecaodedados@dslissabon.com.

A Escola Alemã de Lisboa aplica a “Metodologia de avaliação de impacto do evento de Segurança Informação e Privacidade”. Ao tomar conhecimento de eventos de segurança e privacidade, regista as ocorrências e analisa o seu impacto para a privacidade dos titulares dos dados pessoais.

A Escola Alemã de Lisboa regista o incidente de violação de dados pessoais junto da CNPD Comissão Nacional de Proteção de Dados no prazo de 72 horas após tomar dele conhecimento, quando o impacto resultante é considerado alto para os titulares afetados, nos termos da legislação em vigor. O incidente será igualmente comunicado aos titulares afetados, sem demora injustificada, se este tiver alto impacto potencial para a sua privacidade.

As violações de dados pessoais são documentadas, incluindo os factos relacionados com as mesmas, os respetivos efeitos, as medidas de reparação adotadas e as ações corretivas necessárias para evitar a sua recorrência.

4.5. Transferência de dados

Qualquer transferência de dados pessoais para um país não pertencente à União Europeia só terá lugar se, de acordo com as melhores práticas, recomendações da CNPD Comissão Nacional de Proteção de Dados e legislação em vigor, o país em questão assegurar um adequado nível de proteção e forem adotadas as medidas ou contratos com as salvaguardas necessárias.

O titular dos dados terá conhecimento das transferências de dados pessoais que lhe digam diretamente respeito, no momento da recolha dos dados ou, quando tal não seja possível, antes da realização da transferência.

4.6. Profiling

Na Escola Alemã de Lisboa não são realizadas decisões automatizadas, incluindo profiling. Entende-se por profiling, qualquer forma de tratamento automatizado de dados pessoais que consista em utilizá-los para avaliar certos aspetos pessoais de uma pessoa singular, nomeadamente para analisar ou prever aspetos relacionados com o seu desempenho.

4.7. Proteção dos dados desde a conceção e por defeito

A Escola Alemã de Lisboa implementou medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir que, por defeito, apenas são tratados os dados pessoais necessários a cada finalidade específica do tratamento.

4.8. Auditorias

A Escola Alemã de Lisboa realiza periodicamente auditorias de proteção de dados, pois estas permitem identificar se estão a ser seguidas as regras de *compliance* definidas e corrigir e melhorar a prevenção de incidentes. Além disso, são uma forma de demonstrar a conformidade com os princípios e obrigações relativos à proteção de dados.

4.9. Avaliações de Impacto

Novas operações de tratamento de dados pessoais que utilizem novas tecnologias e que pela sua natureza, âmbito, contexto e finalidades, possam ser suscetíveis de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades dos titulares dos dados pessoais, são sujeitas a avaliação de impacto DPIA (*Data Protection Impact Assessment*), nos termos da legislação e das orientações da CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados).

4.10. Registo do tratamento de dados pessoais

A Escola Alemã de Lisboa implementa medidas para documentar o registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais que estão sob sua responsabilidade, em tabelas documentais, reguladas por regras de arquivo e prazos de retenção.

4.11. Encarregado de Proteção de Dados

A Escola Alemã de Lisboa nomeou o seu Encarregado de Proteção de Dados, cuja identidade se encontra publicada na intranet e registada na CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados). O Encarregado de Proteção de Dados está disponível para contacto via protecaodedados@dslissabon.com.

5. Tratamento de dados pessoais pela Escola Alemã de Lisboa

A Escola Alemã de Lisboa é responsável pelo tratamento dos dados de visitantes do website na internet, candidatos a emprego, colaboradores, associados, candidatos a alunos e outros visitantes, ex-alunos (Alumni), alunos, pais/encarregados de educação, fornecedores/parceiros.

A Escola Alemã de Lisboa procede ao tratamento dos dados pessoais de acordo com a tabela abaixo:

Categoria dos titulares de dados pessoais	Licitude ou fundamento legal	Finalidades	Tipo de dados pessoais	Categorias dos destinatários que têm acesso aos dados pessoais
Visitantes do website na internet	Consentimento	Informação de acordo com a política de <i>cookies</i>	Dados de utilização do website da Escola Alemã de Lisboa	Informação de acordo com a política de <i>cookies</i>
Candidatos a Colaboradores / Colaboradores Docentes e Não Docentes	<p>Diligências pré-contratuais</p> <p>Contrato de Trabalho</p> <p>Contrato prestação serviços</p> <p>Obrigações legais</p> <p>Defesa de interesses vitais do titular dos dados</p> <p>Interesses legítimos (segurança das instalações e das pessoas e interesses históricos)</p>	<p>Informação institucional</p> <p>Gestão e análise de candidaturas</p> <p>Comunicação via plataformas</p> <p>Implementação da atividade pedagógica</p> <p>Objetivos organizacionais e obrigações legais</p>	<p>Dados de identificação (nome, sexo, idade, local e data de nascimento, nacionalidade, estado civil, número do documento de identificação civil);</p> <p>dados de contacto (telemóvel, telefone, morada e correio eletrónico);</p> <p>dados de habilitações literárias / experiência e situação profissionais (como escolaridade, desempenho), certificados de habilitações e de idoneidade, nomeadamente informações do registo criminal no caso de contratação.</p> <p>dados bancários, financeiros e transações (IBAN, número de identificação fiscal, abonos e descontos);</p> <p>dados especiais (saúde, contraordenações ou ilícitos criminais); imagens de gravação de eventos; registo de acessos físicos.</p> <p>Background checks recolhendo informação sobre os Candidatos junto de outras entidades, no âmbito das obrigações legais.</p>	<p>Entidades legais</p> <p>Fornecedores de plataforma de recrutamento e seleção</p> <p>Autoridades legais, judiciais ou administrativas oficiais (incluindo auditores e inspetores)</p> <p>Seguradoras e corretores de seguros</p> <p>Medicina Trabalho</p> <p>Fornecedores de plataformas de gestão financeira e comunicações</p> <p>Fornecedores de serviços de segurança</p> <p>Autoridades de resposta a emergências</p>

Categoria dos titulares de dados pessoais	Licitude ou fundamento legal	Finalidades	Tipo de dados pessoais	Categorias dos destinatários que têm acesso aos dados pessoais
Associados	Inscrição na Associação Obrigações legais Interesses legítimos (segurança das instalações e das pessoas e interesses históricos)	Informação institucional Gestão da condição de Associado	Dados de identificação (nome, data de nascimento, nacionalidade, número do documento de identificação civil); dados de contacto (telemóvel, telefone, morada e/ou correio eletrónico); dados de habilitação e situação profissional (como escolaridade, entidade laboral); dados bancários, financeiros e transações (IBAN, número de identificação fiscal); Imagens de gravação de eventos; registo de acessos físicos.	Entidades legais Fornecedores de plataformas de gestão financeira e comunicações Fornecedores de serviços de segurança Autoridades de resposta a emergências
Candidatos a Alunos e outros visitantes	Consentimento Diligências pré-contratuais Obrigações legais Interesses legítimos da EAL (segurança das instalações e das pessoas)	Informação institucional Comunicação via plataformas Gestão e análise de candidaturas	Dados de identificação, dados de contacto, dados de desempenho como habilitações literárias e certificados de habilitações Background checks recolhendo informação sobre os Candidatos junto de outras entidades, no âmbito das obrigações legais.	Áreas internas como a Secretaria de Alunos / Admissões-e Direção Fornecedores de serviços de segurança Autoridades de resposta a emergências
Antigos Alunos (Alumni)	Consentimento Obrigações legais Interesses legítimos (segurança das instalações e das pessoas e interesses históricos)	Informação institucional Comunicação via plataformas Arquivo histórico	Dados de identificação, dados de habilitação e situação profissional (função, entidade patronal), imagens de gravação de eventos; registo de acessos físicos.	Fornecedores de plataformas de comunicações Fornecedores de serviços de segurança Autoridades de resposta a emergências

Categoria dos titulares de dados pessoais	Licitude ou fundamento legal	Finalidades	Tipo de dados pessoais	Categorias dos destinatários que têm acesso aos dados pessoais
<p>Alunos, Pais e Encarregados de Educação</p>	<p>Contrato de Matrícula Escolar Consentimentos específicos Obrigações legais Defesa de interesses vitais Interesses legítimos (segurança das instalações e das pessoas e interesses históricos)</p>	<p>Prestação de serviços educativos e atividades extracurriculares Informação institucional Comunicação via plataformas relevante para o percurso / vida escolar Avaliação de satisfação Resposta a emergências Conselho de Alunos e de Pais Gestão da Biblioteca, de perdidos, achados e cacifos Seguro escolar Faturação e cobrança Gravação e utilização de imagem e de voz Apoio médico e psicossocial Organização de atividades, viagens, transporte escolar e intercâmbios.</p>	<p>Dados de identificação (nome, sexo, idade, local e data de nascimento, nacionalidade, estado civil, número do documento de identificação civil); Dados de contacto (telemóvel, telefone, morada e correio eletrónico); dados de habilitação e situação profissional (como escolaridade, desempenho); Dados bancários, financeiros e transações (IBAN, número de identificação fiscal); Dados especiais (saúde, contraordenações ou ilícitos criminais); Imagens de gravação de eventos; registo de acessos físicos.</p>	<p>Entidades legais, judiciais ou administrativas oficiais (incluindo auditores e inspetores) Seguradoras e corretores de seguros Agências de viagens, empresas de logística e transporte escolar Fornecedores de plataformas de gestão financeira, gestão escolar e comunicações Entidades / Individualidades associados a atividades extra extracurriculares Entidades promotoras, organizadoras de visitas de estudo, viagens e intercâmbios Fornecedores de serviços de segurança Autoridades de resposta a emergências Outras que venham a ser necessárias no âmbito da relação contratual estabelecida com o titular dos dados e comunicadas especificamente a estes.</p>

Categoria dos titulares de dados pessoais	Licitude ou fundamento legal	Finalidades	Tipo de dados pessoais	Categorias dos destinatários que têm acesso aos dados pessoais
Fornecedores e Parceiros	Contrato / acordos parceria Obrigações legais Interesses legítimos da EAL (segurança das instalações e das pessoas)	Comunicação e participação conjunta em atividades inerentes à atividade pedagógica Comunicação no âmbito dos serviços prestados	Dados de identificação (nome); Dados de contacto (telemóvel, telefone, morada e/ou correio eletrónico); dados de habilitação e situação profissional (como escolaridade, função, entidade laboral); Dados bancários, financeiros e transações (IBAN, número de identificação fiscal);	Entidades legais Fornecedores de plataformas de comunicações Seguradoras e corretores de seguros Fornecedores de serviços de segurança Autoridades de resposta a emergências

5.1. Consentimento específico

Outras finalidades não identificadas nas alíneas anteriores serão objeto de informação específica e, caso aplicável, é recolhido o consentimento através de documento escrito ou via aplicação escolar, apresentado de forma acessível, clara e direta, incluindo as diferentes finalidades a que se destinam, de forma que o consentimento prestado pelo titular seja um consentimento, livre, específico, informado e explícito.

No caso de utilização de dados pessoais para efeitos de publicidade, é solicitado consentimento específico para o efeito, via website, através de uma janela de opt-in e é garantido ao titular dos dados que este poderá, a qualquer momento, opor-se a esse tratamento através dos contactos da Escola Alemã de Lisboa.

O titular dos dados pessoais tem sempre garantida a possibilidade de exercício dos seus direitos, nomeadamente, de oposição ao tratamento dos seus dados pessoais para finalidades que não sejam adequadas ao consentimento prestado.

A Escola Alemã de Lisboa armazena a data, o método, o âmbito, o conteúdo das informações prestadas e vontade do consentimento dado. A Escola Alemã de Lisboa fornece um método simples para o titular dos dados poder retirar o seu consentimento a todo o tempo.

5.2. Captação de imagens, sons e registos vídeo

É interdito a alunos e pessoas externas filmar e fotografar no recinto escolar, bem como em eventos digitais, sem a autorização expressa dos visados ou seus representantes legais. Excetuam-se as situações devidamente autorizadas pela Direção Escolar da Escola Alemã de Lisboa. Não é permitido aos Pais / Encarregados de educação fotografar ou filmar outros alunos que não os seus educandos, sem autorização prévia dos respetivos pais/encarregados de educação.

A Escola Alemã de Lisboa poderá, contudo, levar a cabo a captação de imagens e sons, bem como o registo vídeo do ambiente escolar em geral, mas também de grupos de pessoas ou mesmo de pessoas em particular, com o objetivo de documentar a vida escolar, as suas iniciativas, projetos, atividades letivas, pedagógicas e culturais (ex: concertos, concursos, eventos desportivos, trabalhos de alunos, etc.).

A captação de imagens, sons e registos vídeo é exclusivamente realizada por docentes e colaboradores da Escola Alemã de Lisboa, nomeadamente da área Multimédia, estando sujeita às regras estipuladas pelo Código de Ética e Regras de Conduta e Regulamento de Informática da Escola Alemã de Lisboa.

5.3. Divulgação, publicação e transmissão de trabalhos de alunos/imagens e vídeos

- **Espaço escolar**

No âmbito da sua atividade pedagógica poderão os docentes da Escola Alemã de Lisboa expor/mostrar dentro das instalações escolares trabalhos dos alunos. No caso da divulgação, em espaço escolar, de

imagens/vídeos (incluindo, por exemplo, registos audiovisuais de partes de aula), será apenas necessário solicitar consentimento dos Pais/Encarregados de educação, caso a divulgação ocorra fora da turma do Aluno.

- **Website, redes sociais, newsletters e anuário**

Para divulgação externa e interna da vida escolar, homenagem dos seus protagonistas e partilha com a comunidade escolar, a Escola Alemã obtém o consentimento dos Pais/Encarregados de educação via Contrato de Matrícula para a utilização de fotografias (de grupo e/ou individuais) e vídeos (quando aplicável) no seu website, nas redes sociais oficiais da escola, nas newsletters escolares e no anuário (em suporte papel e eletrónico). Nessas publicações devem ser usadas, sempre que possível, exclusivamente fotografias de grupo. Será disponibilizada aos Pais/Encarregados de educação uma versão digital do anuário. A obtenção dessa versão implica a obrigatoriedade de se comprometer a limitar a sua divulgação ao seu círculo privado imediato.

Todas as finalidades de utilização de imagens não previstas nesta política deverão ser alvo de pedidos de consentimento específico e informado.

- **Transmissão em direto/diferido de eventos escolares**

Também poderá haver lugar à transmissão em direto de eventos, cerimónias ou atividades escolares, nos quais participem os alunos ou seus representados legais, com vista à sua partilha e divulgação dentro da comunidade escolar. Tal ocorrerá em ambiente controlado e acessível mediante password durante um período limitado de tempo.

- **Materiais promocionais**

No caso de materiais promocionais (brochuras, panfletos e cartazes), serão pedidas autorizações específicas das pessoas identificáveis ou dos seus Encarregados de Educação.

- **Partilha de imagens e som/voz**

Os docentes, o Departamento de Marketing e a AG Multimédia podem partilhar fotos em que os visados estejam isolados com os seus Encarregados de educação ou com os próprios, no caso de Alunos maiores.

Não podem enviar a encarregados de educação, por nenhum meio, fotografias em que estejam presentes de forma identificável outros alunos, sem autorização expressa dos encarregados de educação dos mesmos.

- **Uso por terceiros**

A Escola Alemã de Lisboa não é responsável pelo uso das imagens e vídeos suprarreferidos por parte de terceiros.

- **Armazenamento e arquivo de imagens e vídeos**

As imagens e os vídeos captados pela Escola Alemã de Lisboa são armazenados e arquivados no Banco de Imagens da Escola Alemã de Lisboa por prazos legalmente previstos nas Tabelas de documentos e Regras de Arquivo e Prazos de Retenção de documentos.

6. Disposições finais

6.1. Aplicação da política e incumprimento

Todos os colaboradores da Escola Alemã de Lisboa têm a obrigação de conhecer o conteúdo da presente Política e das suas atualizações posteriores.

Os colaboradores estão obrigados a cumprir a presente Política e a colaborar na sua aplicação. O não cumprimento das presentes regras pode conduzir à instauração de ação disciplinar. O desconhecimento da presente Política não justifica qualquer tipo de incumprimento.

Os colaboradores deverão abster-se de qualquer comportamento sobre o qual tenham dúvidas, podendo solicitar quaisquer esclarecimentos à equipa de proteção de dados/Encarregado de Proteção de Dados Pessoais ou enviando um email para protecaodedados@dslissabon.com.

Em caso de desconformidade entre a Política de Proteção de Dados Pessoais e a legislação, prevalece esta última.

6.2. Revisão e acompanhamento da política

A presente Política será revista periodicamente ou sempre que, por força das necessidades decorrentes da atividade da Escola Alemã de Lisboa, factos, ou alterações legislativas, assim o obriguem.

6.3. Comunicação e divulgação

Após aprovação, a presente Política será publicada no website da Escola Alemã de Lisboa.

6.4. Entrada em vigor

Após aprovação, a presente Política é de aplicação imediata. As atualizações à Política constante do presente documento serão válidas a partir da data da respetiva aprovação.